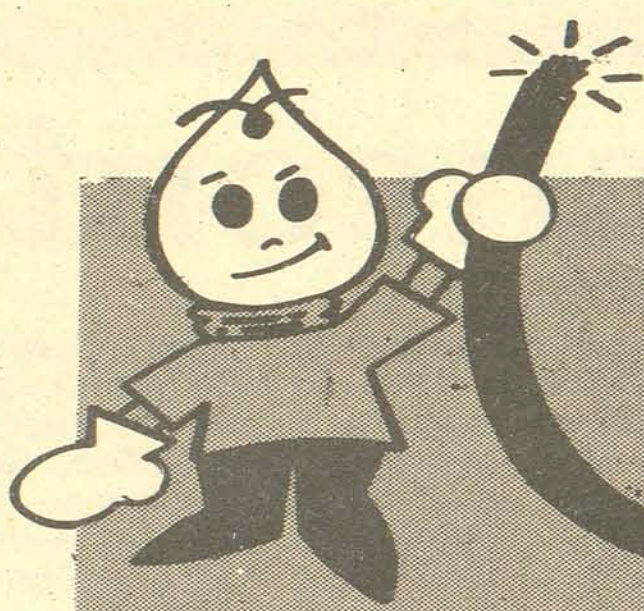




Intersindical dos Eletricitários SC

11/10/91

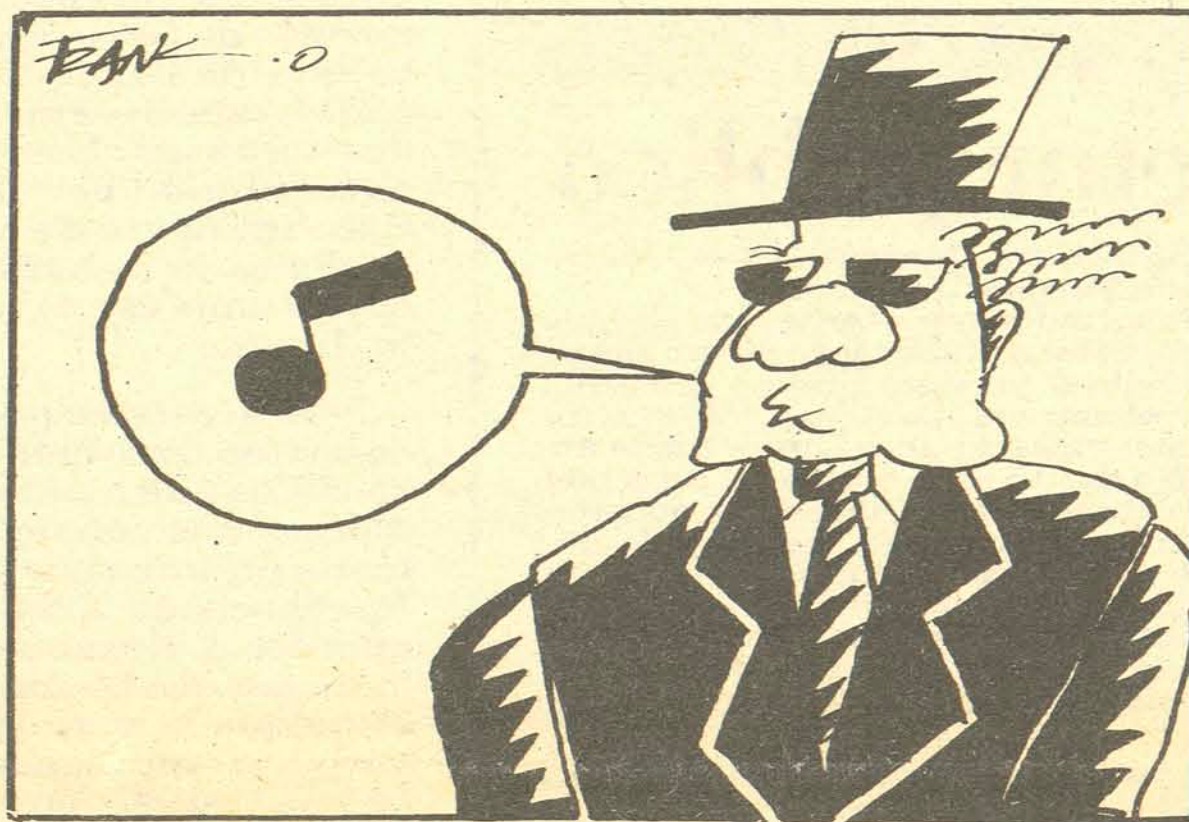
nº 121

Ignorada decisão do TRT

A retomada do processo de negociação com a direção da Celesc não poderia ter sido pior. Em reunião com a Intersindical, na tarde do dia 8, a empresa simplesmente anunciou que não vai cumprir a decisão do TRT — Tribunal Regional do Trabalho — que no julgamento do dissídio da categoria concedeu uma reposição de 15,97% e manutenção da gratificação de férias acordo. O diretor administrativo não cumpriu com a sua palavra e manteve o pedido de abusividade da greve.

Após ser informada das decisões da empresa, a Intersindical tirou o indicativo de realização de assembleias em todo estado para o próximo dia 17. Na terça-feira, dia 15, os sindicatos voltam a se reunir para definir encaminhamentos. Isaltino Pedron, presidente do Sindicato do Vale do Itajaí ficou indignado com a incoerência da Celesc. "Usam o discurso da legalidade para pedir a abusividade da nossa greve e logo em seguida esquecem do mesmo discurso para descumprir decisões da Justiça Trabalhista".

Há dois anos atrás a situação não era muito diferente na Celesc. A sede era outra, mas o descumprimento e o descaso com as questões trabalhistas era o mesmo.



NADA MUDOU

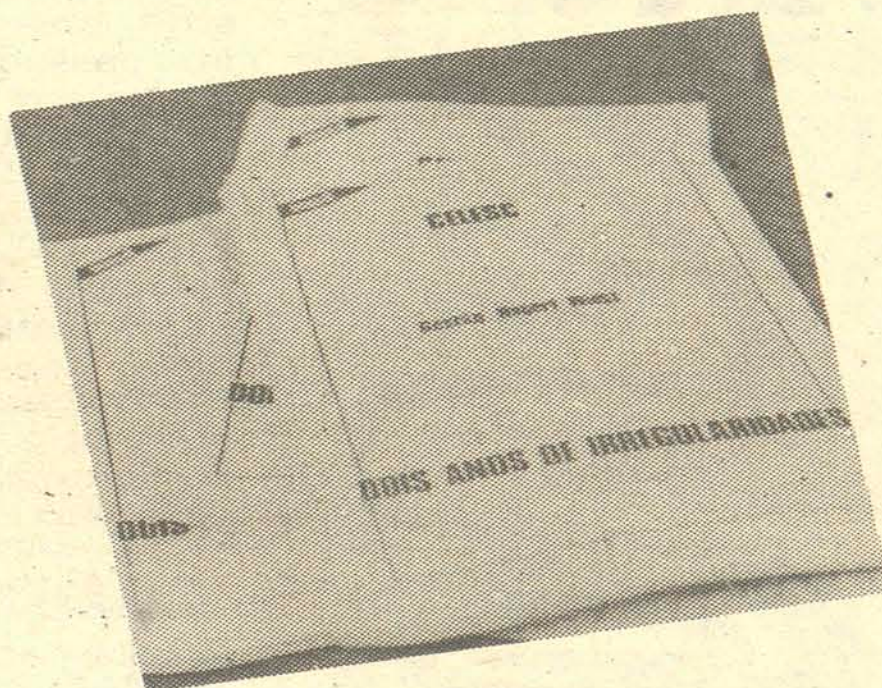
Nogert foi considerado culpado

Em maio de 1989, os empregados da Celesc iniciaram uma Campanha de Mobilização para garantir direitos e denunciar as irregularidades da administração Nogert Wiest. A Campanha foi deflagrada com o lançamento de um jornal que descrevia a maior parte dessas irregularidades. Logo em seguida os empregados entraram em "estado de greve", diante da indiferença da empresa às reivindicações salariais e ao cumprimento de acordos e leis. No mês seguinte aconteceram duas assembleias estaduais, uma em Blumenau e outra em Florianópolis. Na última, os empregados aceitaram a proposta de reposição salarial feita pela empresa, mas continuaram divulgando as anormalidades da gestão participativa. Eles foram para as ruas distribuir um panfleto intitulado — "Isto é da sua conta, sabia?". A essa altura a Intersindical já possuía provas suficientes para entregar ao Tribunal de Contas do Estado um dossiê com farta documentação sobre 14 irregularidades. Iniciava então uma auditoria que, em dezembro de 1990, condenaria Nogert Wiest a pagar 147 mil BTNs, ou Cr\$ 13.023.628,69.

Os dois anos de irregularidades da Gestão Nogert Wiest, descritos nas

cem páginas do dossiê, foram facilmente constatados pela auditoria especial do Tribunal. Algumas irregularidades, inclusive, já haviam sido detectadas na inspeção ordinária, outras apareceram no exame dos registros administrativos e contábeis da empresa.

Nos livros da Celesc encontrou-se muitos pagamentos ilegais, como as "ajudas de custo", que eram uma espécie de gratificação de até 145% do salário fixo pagas a ex-administradores da empresa. O recolhimento da Previdência



Social atrasava em média oito dias, período que ficava aplicado no Over. Também foi irregular o acordo firmado com o Hipermercado Angeloni, que recebeu o terreno do estabelecimento em Capoeiras em troca do pagamento de obras de uma variante de linha de transmissão Roçado-Coqueiros. Houve ainda, contratos milionários realizados com empresas particulares de consultoria, envolvendo parentes de diretores da Celesc. O próprio Nogert chegou a contratar uma empresa da qual era sócio para prestar serviços à Celesc, a Setemge.

Nesse período a gestão participativa obteve um crescimento de 73,57% do faturamento líquido da empresa, segundo levantamento da subseção do DIEESE dos eletricitários. Já os salários dos empregados, que apareciam no mesmo faturamento como gastos com pessoal, caíram de 29,53% para 16,07%. Em maio de 89, os celesquianos amargavam uma defasagem salarial de 88,34%. A Celesc não pagava a produtividade 88 e 84, URP de fevereiro, horas extras, gratificação de férias, gratificação acordo e não eram promovidos os empregados que entravam na justiça para reclamar seus direitos.

REFORMA

Eletrosul demitiu 82

A Intersindical resolveu colocar nas ruas uma Campanha de Esclarecimento à população sobre a farsa da reforma Administrativa que está sendo implantada na Eletrosul. Nesse sentido foi publicada uma nota intitulada "A farsa de uma administração" no Diário Catarinense do dia 10 de janeiro. Nos quatro estados do sul, os governadores eleitos estão sendo procurados pela Intersindical (ver matéria na página central) para tomarem conhecimento das desastrosas consequências desta reforma nas empresas do setor elétrico.

Na Eletrosul ela provocou a demissão ilegal de 82 empregados na semana que antecedeu o Natal. Sobre este assunto a Intersindical ouviu o presidente afirmar que as demissões seriam consumadas no final de janeiro e que em 91 haveriam mais. O Ministro do TST, Marcelo Pimentel, posicionou-se contrário às demissões em reunião com o CNE, no início de dezembro. Para o Ministro elas não podem ser efetuadas antes do julgamento do dissídio coletivo previsto para fevereiro. Por tudo isso a Intersindical já encaminhou as medidas judiciais cabíveis.

Para avaliar essa situação e definir encaminhamento, acontecem em janeiro duas reuniões: dia 8, Intersindical Eletrosul; dia 10, Rio de Janeiro, do Comando Nacional dos Eletricitários, onde também será abordada a anunciada privatização da LIGHT e da ESCELSA.

Reunião no TST

A reunião de Conciliação realizada no TST no dia 14, teve os seguintes resultados:

— As empresas pagarão um percentual de 147,94% sobre o salário de outubro;

— Desconto dos dias parados, pendentes da greve de agosto, adiado para fevereiro e março de 1991. Nas empresas que já descontaram em dezembro/90, haverá devolução até o dia 6;

— Renegociação das cláusulas econômicas do ACT, 90 dias após a assinatura do acordo parcial, se o TST já tiver julgado o dissídio;

— Anistia aos punidos — TST não vai julgar essa cláusula por se tratar de matéria de direito individual. O Ministro, Marcelo Pimentel, ficou de fazer gestões junto ao governo visando a reintegração dos demitidos;

— Ministros relator e revisor do processo, são respectivamente, Hilo Gurgel e Marcelo Pimentel;

— Serão julgadas as cláusulas específicas não acordadas, além das cláusulas da pauta nacional, considerando-se os itens econômicos — produtividade e aplicação da MP 273 (190% pelo CNE ou 143% pelas empresas), garantia no emprego e a "pauta patronal". O julgamento do dissídio está previsto para fevereiro.

NEGOCIAÇÃO

Governador eleito recebe pauta

Já passavam das 17 horas, quando da Intersindical se dirigiu ao edifício da avenida Rio Branco em Florianópolis, onde está instalada toda equipe de governo de Wilson Kleinübing. O encontro fazia parte de decisão da Intersindical de iniciar desde já os processos de negociação e denúncia dos problemas que atingem as empresas do setor elétrico junto aos governadores eleitos nos quatro estados do sul. Kleinübing recebeu do coordenador da Intersindical, Mauro Passos, uma pauta com as seguintes reivindicações: nomeação de um interlocutor para negociação no período de transição de governo, discussão do plano de carreira, Conselho de Recursos Humanos e política salarial para a CELESC e definição do papel da ELETROSUL e CELESC no contexto social e econômico

CUT/REGIONAL

Seminário discute setor público

Todas as entidades sindicais ligadas ao serviço público e estatais participaram do seminário "Serviço público e estatais: realidade e perspectivas", organizado pela CUT/Regional de Florianópolis. Uma das deliberações do seminário foi a criação da Secretaria de Políticas Públicas, com a tarefa de coletar dados, formular propostas de planos de ação para subsidiar a CUT e as entidades sindicais no encaminhamento das lutas desse setor. A primeira tarefa desta secretaria será o encaminhamento de um trabalho sobre a Dívida Externa, relacionando com a situação salarial das categorias, e a realização da Análise Situacional das empresas do setor. São coordena-

EDITORIAL

Demagogia e autoritarismo

A atual direção da Eletrosul, demonstrando total descompromisso com a função social da empresa, está promovendo uma "Reforma Administrativa" que não consegue esconder sua face demagógica e autoritária.

Absurdamente são suspensas manutenções em equipamentos do sistema de geração e transmissão, comprometendo o suprimento de energia dos quatro estados do Sul e sucateando o patrimônio da empresa. Numa irresponsabilidade sem precedentes, são retirados os serviços de vigilância das subestações. Em nome da "moralização" são praticados os seguintes atos: nomeação do cunhado do diretor-presidente para sua assessoria, nomeação de amigos do cunhado para cargos de chefia, contratação de amigo pessoal do diretor-presidente nos níveis salariais mais elevados.

Tais atitudes desprezam um antigo anseio dos trabalhadores da empresa de que as admissões só se efetivassem via concurso público, e que as promoções só ocorressem via concurso interno.

No "marketing" da demagogia vale alterar a forma com que são leiloados os veículos com muito uso, evidentemente com custos, para passar a ideia de "economia de gastos". O leilão que tradicionalmente ocorria fora da sede administrativa, agora acontece na

de Santa Catarina.

O governador eleito declarou que é contra a privatização das estatais de áreas essenciais, como as empresas do setor elétrico. Para elas, Kleinübing defende um modelo com empresas de caráter regional, como é o caso da Eletrosul, voltada para geração e transmissão e empresas estaduais dirigidas principalmente para a distribuição de energia, como a Celesc. Na oportunidade ele ouviu os Sindicatos relatarem a insatisfação dos empregados da Eletrosul, devido ao arrocho e sucateamento da empresa provocado pela desastrosa e autoritária administração Gazaniga.

Nos próximos dias, a Intersindical deve iniciar os entendimentos com Fernando Verdini, nomeado o interlocutor pelo governador eleito.

dores da Secretaria: Marcos Neves, Mário Zimmerman e Fernando Barros.

Outro resultado importante das discussões do dia 18, foi a elaboração de um plano de lutas. Nele é previsto que se constitua um fórum permanente de debate sobre políticas públicas, visando uma intervenção articulada. No dia 15 será realizada uma plenária das categorias em data-base ou campanha extraordinária. Na semana do dia 17 a CUT vai buscar uma audiência com o futuro governador, para expor as reivindicações dos trabalhadores do setor. No dia 24 de janeiro haverá uma mobilização em Florianópolis com panfletagem, vídeo, murais, etc...

frente da mesma. Enquanto isso vai tornando-se insuportável a tensão social na região de Itá, devido ao não pagamento das indenizações aos agricultores que tiveram suas terras desapropriadas para a construção da hidrelétrica.

Mas, o mais grave é o tratamento que vem sendo dado aos empregados. Eles acumulam demissões, suspensões e um arrocho salarial insuportável. Na semana de Natal, 82 trabalhadores foram demitidos ilegalmente, incluindo dirigentes sindicais. Para 91 já foram anunciadas mais mil demissões. O discurso da empresa tenta convencer que as demissões foram a forma encontrada pela Eletrosul para ajudar a população a enfrentar a crise e suas consequências. Esquece o diretor-presidente por incompetência ou má fé que na Eletrosul o número de empregados está perfeitamente dentro dos padrões internacionais para empresas do gênero e abaixo do número autorizado pelo governo federal.

Definitivamente, os empregados da Eletrosul, a população da região sul e o próprio país não merecem que a maior estatal do sul do Brasil, com uma função social tão relevante, continue sendo gerida com tanta irresponsabilidade, descaso e incompetência por Amílcar Gazaniga e sua equipe.

VISTORIA NA CELESC

Diesat encontrou muitas irregularidades

No dia 12 de dezembro, o correspondente técnico do DIESAT — Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e Ambientes de Trabalho — em Santa Catarina, Flávio Luiz Schieck Valente, entregou ao Sinergia o relatório final da vistoria das condições de saúde e trabalho no edifício central da Celesc, no Itacorubi. Esse relatório está nas mãos da diretoria da empresa desde o dia 7 de janeiro. Os problemas, no entanto, mais sérios já eram do conhecimento dos diretores desde outubro do ano passado, quando foram realizadas as primeiras das sete vistorias. No entanto quase nada foi feito no sentido de sanar as irregularidades, apesar do representante do SESMT — Serviço de Segurança e Medicina do Trabalho e da CIPA da Celesc terem participado respectivamente de duas e quatro das vistorias. Esses problemas, segundo as conclusões do relatório, "consistem em risco iminente de vida, de incêndio e de acidente de trabalho grave", para os mais de mil empregados que lá trabalham, normalmente.

Nas dezenove páginas do relatório são descritos com detalhes os diversos tipos de riscos que a sede oferece, além dos problemas nas condições de higiene, conforto, na organização e processo de trabalho. Encabeçando a lista das irregularidades aparece a iluminação, qualificada como "um dos problemas mais sérios". Ela é inadequada no prédio como um todo e provoca nos empregados desconforto e cansaço nas vistas, dores de cabeça e, até mesmo, perda progressiva da acuidade visual. Três tipos de ruídos foram considerados problemáticos na periferia: os provocados pelo som ambiente, pelas máquinas fotocopadoras, pelos equipamentos utilizados no setor de controle de qualidade e pela sala de operação do sistema de ar condicionado.

As condições térmicas e de ventilação não estão inteiramente adequadas. Um sistema central de ar condicionado existe, mas ainda se encontra em fase de testes.

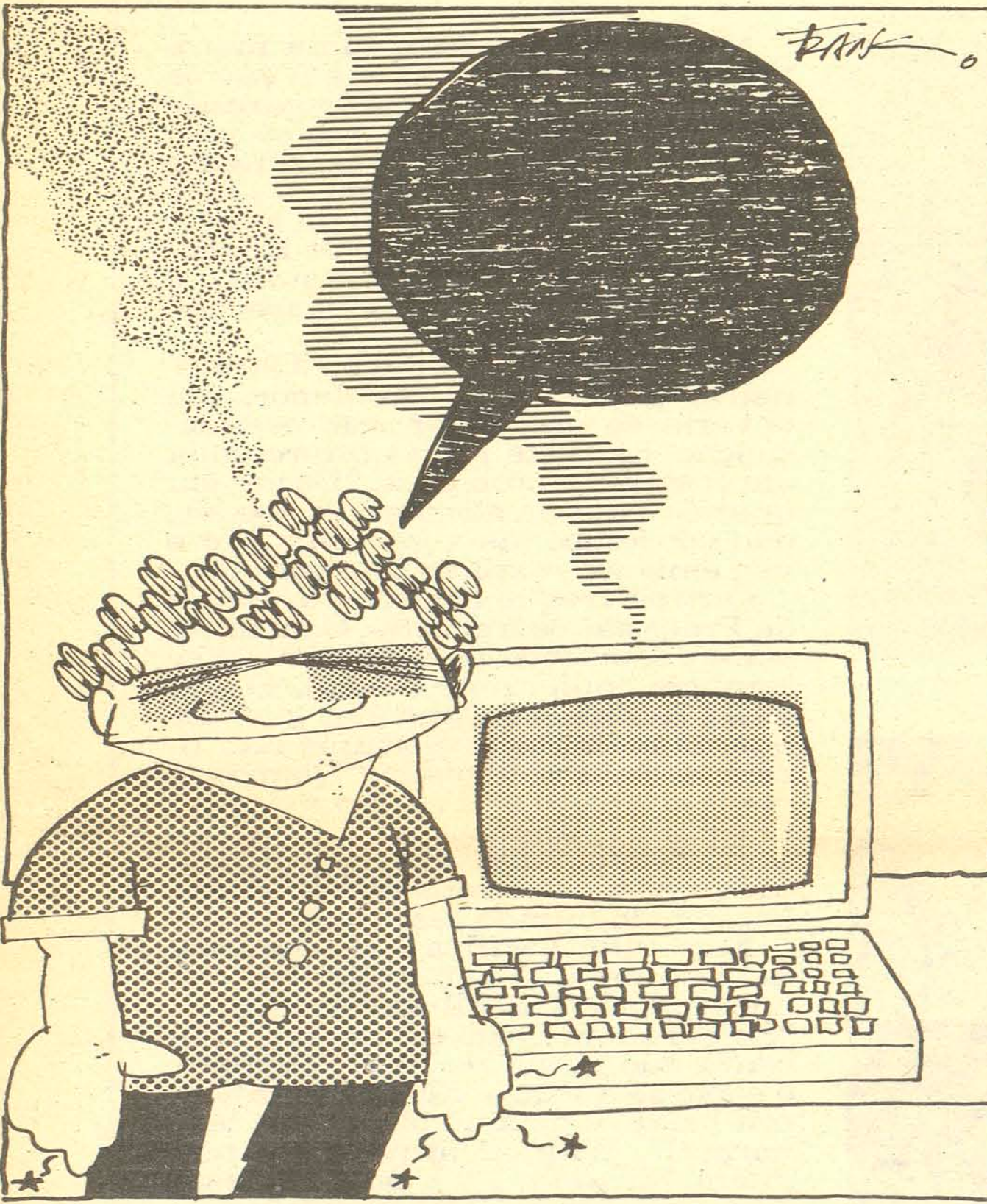
Esta mesma central apresenta áreas onde existe risco de explosão, devido a pressão existente nas tubulações e tanques. Nos locais onde existem fotocopadoras está ocorrendo o processo de ionização do ar provocado pela falta de ventilação. Esse problema está provocando náuseas, fadiga, dores de cabeça e tonturas nos operadores de fotocopadoras. O último risco físico encontrado foi a infiltração de água e existência de goteiras no Ático, na sala de apoio da presidência e na biblioteca da assessoria jurídica (CONGER).

Com relação à exposição a produtos químicos, o problema mais sério foi encontrado no setor de heliografia. Lá o DIESAT recomenda que a Celesc interrompa as atividades até que sejam resolvidas as seguintes irregularidades:

operadores do equipamento não utilizam máscaras ideais, processo de exaustão no setor e armazenagem do produto inadequados. O relatório aponta como problema mais grave o processo de transferência da amônia do vasilhame que é comprado para o recipiente do equipamento: o empregado equilibra o vasilhame sobre o peitoril de 3 a 4 centímetros da esquadria de alumínio da janela, aberta, sem a utilização de funil, contendo a respiração durante o processo. Qualquer erro neste momento pode resultar em acidentes gravíssimos, inclusive com risco de vida. Isso porque a amônia pode promover asfixia, parada respiratória, pneumonia química e queimaduras graves nos olhos, pele e mucosas. Segundo o responsável pela Central de Cópias, Hildebrando Túlio, esse problema está às vésperas de ser solucionado. "A próxima remessa de amônia deve vir na embalagem original, não necessitando de transferências". Quanto à questão do cheiro do produto, sentido nos outros setores próximos à heliografia, ele afirmou que o pequeno exaustor instalado ali não resolveu em nada o problema.

Quanto ao mobiliário, em linhas gerais ele foi considerado inadequado, com raríssimas exceções. Na mesma situação

Os empregados devem ficar atentos para as portas de vidro, janelas do térreo, placas do teto, escadas sem corrimão e paredes de vidro. Elas representam riscos de acidentes graves. A falta de iluminação também é outro problema generalizado. Ainda existem riscos de incêndio e de acidentes na heliografia.



que começou com um debate sobre conjuntura e movimento sindical, passou por um curso de concepção e prática sindical e termina com o seminário de planejamento. O método utilizado é denominado Planejamento Estratégico Situacional, desenvolvido por Carlos Matus e sua equipe de Fundação Altadir, o mesmo que a Escola 7 de Outubro, de Belo Horizonte, está divulgando para o meio sindical cutista. Da execução do planejamento participam diretores e funcionários do Sinergia, pois, afinal, como declara o método — planeja quem executa.

Só quem viaja tem sua falta abonada

Na Celesc muitos empregados estão preocupados com os preceitos utilizados para a concessão do abono de faltas. Por exemplo, os celesquianos que participaram de uma viagem ao Paraguai dias 8 e 9 de novembro tiveram uma hora e meia do primeiro dia e

se encontram os equipamentos utilizados pelos empregados que desenvolvem tarefas de desenho, croquis, projetos e mapas. Isso provoca posturas incorretas de trabalho que acabam ocasionando: dores nas costas, de cabeça, fadiga, etc... Na maioria dos setores que realizam trabalhos repetitivos não são seguidas as normas instituídas pela nova redação da NR-17, apesar de grande parte dos empregados utilizarem equipamentos de informática. Existem ainda os que realizam trabalho desta natureza, mas não são reconhecidos como digitadores. O relatório aponta a existência de uma percentagem significativa de funcionários com diferentes graus de LER/tenossinovite. Ainda devem ser tomadas providências no sentido de tornar obrigatória a utilização de carinhos para serviços de copa e controle de intensidade do trabalho nos setores de reprografia, terminais de computação, manipulação de rotativas e outros equipamentos eletrônicos.

Na lista dos riscos referentes a estrutura da sede aparecem: portas de vidro, janelas que abrem para fora, escadas sem corrimão, placas do piso com vãos, placas do teto e paredes de vidro sem sinalização. Na vistoria foram encontradas várias irregularidades no sistema de extintores de incêndio do prédio. Alguns deles estão colocados no chão, sem que tenham sido removidos os grampos, outros são inadequados ou em número insuficiente. Os riscos de incêndio ainda existem devido às instalações elétricas inadequadas.

Para o DIESAT ficou claro que o novo prédio da Celesc foi ocupado antes que estivesse em condições plenas de utilização para o trabalho. Isso fez com que uma série de situações de "transitoriedade" se perpetuassem ao longo dos meses, sem solução. O Departamento de Saúde do Sinergia, que teve a iniciativa de realizar a vistoria, pretende agora fazer com que a Celesc cumpra o seu dever legal de garantir aos seus empregados local e processo de trabalho salubres.

tudo o segundo dia abonados. O mesmo não aconteceu com aqueles que participaram da Assembléia Estadual, realizada em frente à administração central. Destes não foram abonados sequer as quatro horas em que estiveram participando das decisões da Campanha Salarial/90. Parece que tudo não passou de uma forma mesquinha de retaliação.

CRAB se solidariza com os demitidos

A CRAB — Comissão Regional dos Atingidos por Barragens enviou correspondência ao Sindicato se solidarizando com os empregados demitidos pela Eletrosul. Eles também condenam a prática autoritária que a direção da empresa vem assumindo, com sistemático descumprimento dos compromissos assumidos junto aos empregados e à população atingida pelas barragens.

TRIBUNA

livre

Carta Aberta a APOUS

Operadores das Usinas de Cedros, Palmeira, Salto Blumenau II, Gaspar, Garcia, Brusque, Timbó, Rio do Sul II, Trombudo Central.

A APOUS foi criada com o intuito de unir operadores num objetivo comum, na busca de soluções aos seus problemas. Em nenhum momento, quando da sua criação, se concebeu a hipótese dela vir a se opor a categoria dos eletricitários da Celesc, da qual fizemos parte com muito orgulho. Muito pelo contrário, através da APOUS se pretendia, como se pretende no futuro, buscar representatividade junto aos sindicatos de eletricitários, participando cada vez mais.

A questão pura e simples, no nosso entender para o quadro que hora se apresenta, está localizada no fato dos atuais dirigentes, em sua maioria, estarem assumindo um comportamento omissivo aos interesses dos operadores, **alheios** aos compromissos assumidos quando da sua posse, **covarde** no momento de ir a luta, tão covarde ao ponto de virar as costas a participação no movimento grevista, mesmo estando consciente de que pelo menos 80% dos seus associados já participavam da greve.

Senhores dirigentes, vai aqui um alerta: "Tá na hora de tosar a lã, vestir a armadura e lutar como todos nós queremos que seja. Na classe dos operadores não existem mais lugar para omissos, alheios, e covardes, muito menos dirigentes que estão defendendo interesses que certamente não são os nossos".

Democratizar a comunicação

Gastão Cassel
Da equipe Linha Viva

Durante a greve da Celesc, mais uma vez ocorreu o que já está virando rotina em greves de eletricitários: a população voltou-se contra o movimento. Não se trata, no entanto, de comprar uma briga com os populares, mas de entender que os trabalhadores estão perdendo uma batalha no campo da comunicação.

As manifestações de hostilidade contra os grevistas não se devem ao fato de que a população não gosta de greves ou de eletricitários. Os veículos de comunicação pressionam a opinião pública, escondendo as razões das paralisações e chamando a atenção para os prejuízos imediatos.

São manchetes de jornais, editoriais, noticiários de TV, análises de comentaristas, programas de rádio, etc... que tratam de colocar os grevistas no papel de inescrupulosos agentes do mal. Porque os noticiários mostram uma pessoa que perdeu seu estoque de carne num freezer por falta de energia, e escondem que há trabalhadores responsáveis pela distribuição de energia, que não têm dinheiro sequer para comprar um bife, quando mais para estocar carne.

Vencer esta barreira é questão urgente para o movimento sindical. Se os movimentos populares não se estruturarem para disputar efetivamente o direito de informar, dificilmente será vencido este obstáculo que cresce a cada dia.

Os sindicatos têm que efetivamente assumir a bandeira da democratização dos meios de comunicação. No Brasil, 9 famílias (Marinho, Bloch, Santos, Saad, Frias, Mesquita, Levy e Nascimento Brito) controlam cerca de 90% de tudo o que se lê, ouve ou vê. Na contrapartida disso, a imprensa sindical produz cerca de 13 milhões de exemplares de jornais ou boletins mensalmente.

Aos sindicatos cabe hoje a tarefa de encampar politicamente a luta que vem sendo desenvolvida pela Federação Nacional dos Jornalistas no sentido da democratização da comunicação. Não se pode mais permitir que as concessões de rádio e TV sejam feitas com base em conchavos políticos e trocas de favores. Esta prática quase esgotou as possibilidades físicas de instalação de novos canais de rádio e TV nas maiores cidades do país.

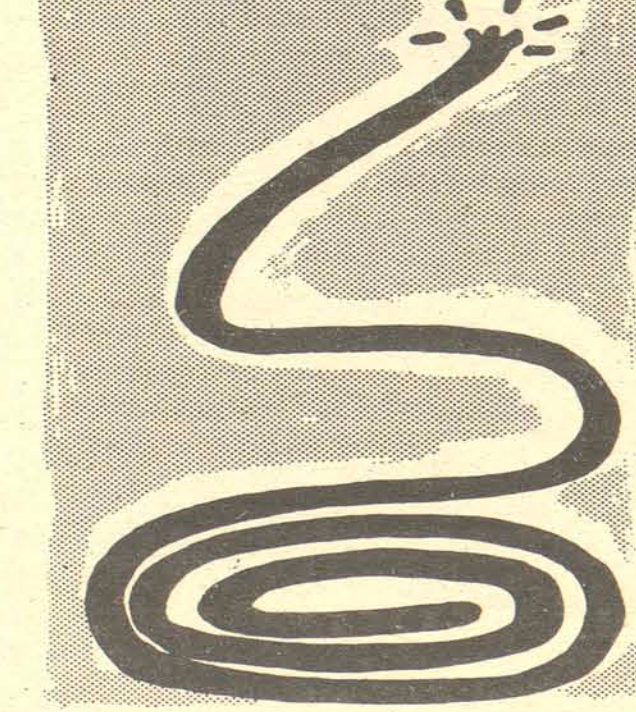
Além de atuar junto a parlamentares, fazendo com que eles defendam a bandeira da democratização nas votações que dizem respeito ao assunto no Congresso, os sindicatos devem discutir com suas bases esta questão, dando a esta luta uma característica massiva — milhões de cidadãos revoltados contra a manipulação praticada pelos monopólios.

Outra tarefa urgente é organizar o potencial disperso que é a imprensa sindical. Há possibilidade concreta de sindicatos se unirem para bancar veículos de comunicação alternativos aos monopólios. Há, também, a necessidade de profissionalizar ao extremo os departamentos de comunicação. Hoje não é mais suficiente que cada sindicato tenha o seu pequeno jornal, como se o universo se limitasse às questões atinentes à esta ou aquela categoria. E hora de abrir novos espaços.

Ou os sindicatos revisam sua estratégia de comunicação e tratam de falar para toda a sociedade, ou serão condenados ao isolamento político e ideológico por parte da opinião pública, que continuará à mercê dos "coronéis" da comunicação.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias, devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

ALTA TENSÃO



Jornal do Sindees veio pra ficar

O Sindicato dos Empregados em Entidades Sindicais de Florianópolis acaba de colocar na rua o jornal "O que é isso companheiro". A entidade, que existe há dois anos, ainda não tem uma sede, mas já realizou três greves no ano passado e possui trabalhadores filiados em cerca de quinze sindicatos ou associações.

O ano de 1990 foi privilegiada a formação sindical e política da categoria. Os rumos e planos para 91 serão definidos no início do ano com a realização de um seminário, com caráter de assembléia. Também está em pauta a filiação a uma Central Sindical. No ano que vem o Sindees participa do primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores em entidades sindicais.

Sinergia planeja sua ação sindical

Vem se desenvolvendo no Sinergia,

O que é isso COMPANHEIRO...

O Sindees veio para ficar



desde o dia 19 de dezembro, um seminário de planejamento ministrado por Afrânio Boppré e Clóvis Scherer, ambos economistas do DIEESE. O curso faz parte de um programa de formação

Todo mundo passa pelo cartão postal da cidade

Rafael Masseli
estudante jornalismo

Desde 1622, quando era um simples largo de chão batido, construído pelo bandeirante Francisco Dias Velho, a Praça XV de Novembro já era o coração de Florianópolis. Dessa época até hoje, ela ainda é um dos pontos turísticos mais famosos da ilha. Acompanhou o crescimento da cidade, sobreviveu às transformações e ao progresso e ainda carrega em si o espírito do povo ilhéu. Por ela habitam, freqüentam e transitam, todos os dias, os mais diferentes tipos de pessoas. Uma delas é o aposentado Arnaldo Sabres, 57 anos. "A Praça é meu lugar preferido. Sem ela, Florianópolis não seria a mesma".

Outros que habitam a Praça são os hippies. Cabelos compridos e despendeados, calças exóticas e camisas protestando contra a destruição do meio ambiente ou exaltando ídolo imortais, não assustam os interessados em seus produtos: bijuterias, quadros, posters, esculturas, sapatos, roupas.

Os pregadores do Evangelho também têm seu lugar na Praça. A sombra das árvores eles contam os passos de Cristo, a peregrinação dos fiéis, protestam contra a falta de fé, e convidam a toda hora o povo para participar das Igrejas Evangélicas. "Deus é a única solução", garante Marco Aurélio, 25 anos, há um ano e meio "curado de todos os pecados", como gosta de afirmar. Os engraxates também sabem como a Praça é importante. Paulo, 12 anos, conta que ganha mais do que em qualquer outro lugar. Os vendedores ambulantes também reforçam a opinião de Paulo. "É verdade: aqui passa mais gente, é mais fácil vender", comenta um deles. Todo esse trabalho diário transforma a Praça num ponto comercial muito importante. Mas à noite a vida ali é outra: o comércio do dia dá lugar à prostituição.

Mas não só seus freqüentadores fazem da Praça uma atração. Aliás, eles passam até despercebidos perto da figueira que enfeita a Praça. É quase impossível referir a Praça XV sem falar da figueira. A sua sombra convive democraticamente todos os habitantes da Praça. A figueira, pela sua beleza, além de verso do hino da cidade, "Rancho de Amor à Ilha", é nome de clube de futebol: o Figueirense.

A história da Praça se confunde com a história da ilha. Desde a sua construção, a Praça foi ponto de encontro da sociedade florianopolitana, parada obrigatória para as conversas de fim de tarde, e local do tradicional passeio das famílias. Hoje, a história modificou bastante,

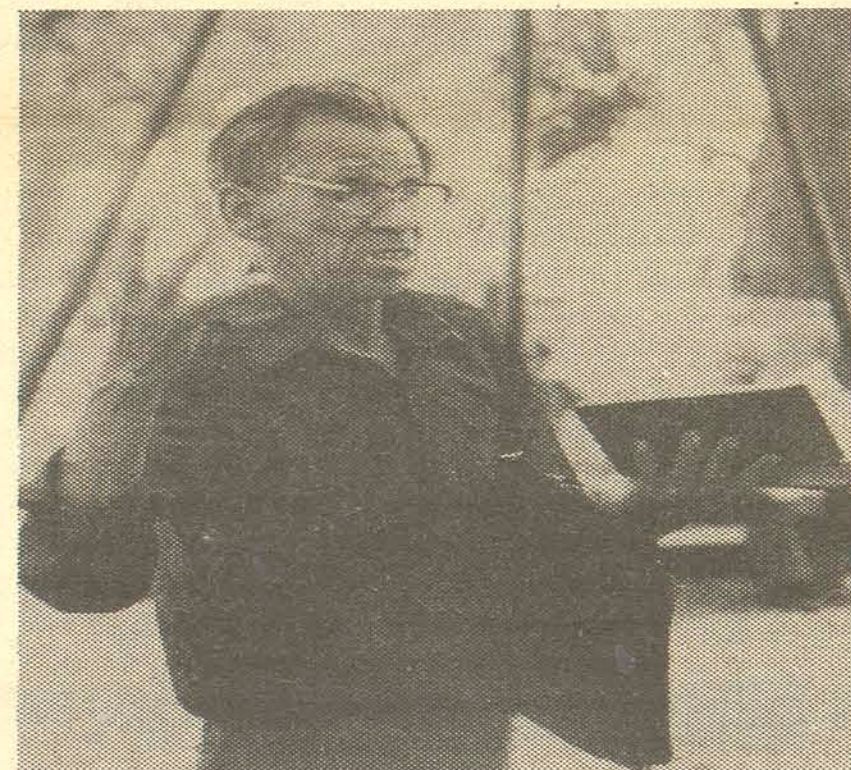


A figueira abriga a todos. Os que vem pra conversar sobre os velhos tempos,

De ponto de encontro da sociedade e das conversas à toa, a Praça virou ponto de comércio de drogas e de prostituição. "Aqui rola de tudo, cara! De dia é uma coisa, mas à noite é outra bem diferente", conta Eliane, uma menina de 13 anos que largou mais cedo a miséria de casa, pela prostituição das ruas. "Aqui, pelo menos, eu arrumo grana pra comer".

A maquiagem pesada, as unhas pintadas e as saias curtas, que não escondem as feridas nas pernas, são as armas de Eliane. Todos os dias, perto das sete horas, ela desce o Morro do Mocotó, onde mora com a mãe e outros três irmãos menores, chama algumas amigas e vem pra Praça. "Aqui cada uma se vira. Tem dia que não dá nada, outros dão bastante: 600 a 800 cruzeiros". Eliane não se preocupa nem um pouco com as doenças venéreas ou até mesmo com a Aids. "Se eu pegar essas coisas, eu fico sem trabalhar uns dias". Essa falta de informação sobre os perigos das doenças não é um problema sério para ela: "o pior de tudo é quando chove. Não vem ninguém".

Como Eliane, Marquinho é outro que tira o seu sustento da Praça. É um menor abandonado, que vive "por aí" e dorme na catedral. A noite ganha dinheiro com a prostituição. "Os caras sempre chegam de carro. Se aproximam e eu falo o preço. Se ele topa, abre a porta, se não vai embora". O preço, segundo ele, depende do carro. "O negócio é ganhar o freguês. Depois da primeira vez ele sempre volta. E aí eu peço mais". Marquinho tem 14 anos, mas se tivesse 10 não teria nenhuma diferença. O corpo franzino, a baixa estatura e os pés descalços não o ame-



os que não desistem de acreditar

drontam. "Os caras que vêm aqui, só querem que a gente 'coma', não tem perigo".



e as crianças, que brincam entre o comércio de drogas e a prostituição.

LINHA aberta

Marquinho também fuma maconha e cheira cola. "As vezes são os caras mesmo que dão". Ele garante que à noite tem gente que só vem pra fumar ou cheirar. Geralmente são os hippies, "mas sempre pinta estudante". Ao contrário da chuva, que prejudica o trabalho de Eliane, o que mais incomoda Marquinho é a polícia. "Quando eles aparecem, o negócio é correr".

A Fucabem, Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor, que deveria se preocupar com essa situação, não está muito interessada em resolver o problema. "De vez em quando vem as assistentes sociais, dão conselhos, às vezes dinheiro e vão embora", explica Marquinho.

Outros freqüentadores assíduos da Praça são os travestis. Com mini-saias e seios lotados de silicone, elas também "enfeitam" o local. O travesti André, ou Gabriela, garante que as menores prostitutas não tiram os seus fregueses. "Quando a gente chega, elas já se arranjaram". O público que procura por travestis, segundo ela, "é fiel". E também aqui, cada um tem os seus admiradores, e isso todo mundo respeita".

Essa vida pacífica é desmentida pelo taxista Walmor Santos, 49 anos, há seis trabalhando na Praça. "Sempre tem briga entre elas". Ele conta que já viu de tudo. "À noite, é como se a Praça virasse de cabeça pra baixo, e de dia voltasse ao lado normal". Walmor afirma que ninguém "dá bola". "A polícia passa com o camburão, mas nem pára".

Agora já está amanhecendo. É hora das prostitutas darem o seu lugar aos pregadores, os travestis aos hippies e os menores aos aposentados. Apesar do ciclo de vida da Praça XV de Novembro, ela ainda é um cartão postal de Florianópolis. De dia.